

TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MULHERES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ROBERTO SANTOS

Cristiane Kuhn de Oliveira

Mestre em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professora e Coordenadora Pedagógica nos municípios de Jussara e Irecê-Ba. E-mail: cristiane-kuhn@hotmail.com

RESUMO Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa de mestrado concluída no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da UNEB ainda no primeiro semestre de 2016, sobre a EJA na Escola Municipal Professor Roberto Santos – EMPRS, em Jussara-Bahia, com ênfase na permanência dos alunos. Neste recorte apresentamos os percursos das alunas da EJA nesta escola para dar continuidade a seu processo de escolarização. A partir do uso de entrevistas e das observações participantes, buscamos identificar o que motiva a continuar, quais fatores contribuem e quais dificultam o prosseguir na educação formal possibilitando ampliar a discussão, ainda recente, sobre a permanência e propor estratégias de superação da evasão, colaborando com a proposição de políticas mais próximas da realidade socioeducacional das alunas. Os resultados da pesquisa apontam que fatores como o casamento, a maternidade e o trabalho, permeiam a vida da mulher e, na maioria das vezes, são imprescindíveis para determinar suas escolhas e sua permanência ou não na escola. Os constantes desafios para o enfrentamento da efetivação do direito, perpassam as barreiras da violência velada, da invisibilidade e da negação.

Palavras-chave: EJA, Permanência em EJA, Mulheres na EJA.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa de mestrado concluída no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da UNEB ainda no primeiro semestre de 2016, sobre a EJA na Escola Municipal Professor Roberto Santos – EMPRS, em Jussara-Bahia, com ênfase na permanência dos alunos.

Neste recorte apresentamos os percursos das alunas da Educação de Jovens e Adultos - EJA nesta escola para dar continuidade a seu processo de escolarização. Buscamos identificar, através de entrevistas e da observação participante, os motivos que levam estas mulheres a continuar seu processo de escolarização, quais fatores contribuem e quais dificultam o prosseguir na educação formal.

A partir dos resultados desta pesquisa pretende-se ampliar a discussão, ainda recente, sobre a permanência e propor estratégias de superação da evasão, colaborando com a proposição de políticas mais próximas da realidade socioeducacional das alunas.

METODOLOGIA

Considera-se a presente pesquisa predominantemente qualitativa, sendo o ambiente natural a fonte direta de investigação e o pesquisador enquanto observador das relações ali existentes, denotando um contato direto e prolongado do mesmo com o ambiente e a situação que está sendo investigada.

A técnica de observação participante buscou apreender informações, utilizando os sentidos no processo de alcançar certos aspectos da realidade, que à primeira vista passariam despercebidos. A observação foi escolhida como instrumento de coleta de dados por facilitar a obtenção de dados a respeito das crenças sobre as quais os indivíduos não têm consciência, mas que, de algum modo, conduzem seu comportamento.

O uso de entrevistas com as alunas permitiu aprofundar e retomar aspectos observados no cotidiano da escola, comparando ambos os aspectos, confrontando-os e ampliando, desse modo, a análise sobre as questões. Assim, a partir de roteiro previamente estruturado, foram entrevistadas alunas regularmente matriculadas nesta modalidade. Atentando para os aspectos de neutralidade e imparcialidade na amostragem da pesquisa, foi elaborada uma lista a partir da relação de alunas frequentes em cada turma. Desta lista foram sorteados 25% das alunas que permaneciam frequentando a escola até o mês de novembro de 2015, sendo convidadas

individualmente para participar da entrevista. Todas as sorteadas aceitaram e participaram, totalizando 09 alunas. A fim de preservar a identidade das entrevistadas usamos nomes de flores para identificá-las no trabalho.

O cruzamento e o confronto das fontes foram indispensáveis, uma vez que permitiram a compreensão real e contextualizada através do cruzamento entre fontes que se complementaram, problematizando o objeto da pesquisa, propondo questionamentos, revisando o arcabouço teórico, num processo constante de revisão, análise e síntese de informações, dados e relatos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Municipal Professor Roberto Santos funciona desde a década de 1970, sendo que, desde o ano 2009, oferece a modalidade EJA no Tempo Formativo II, com o Eixo Temático IV correspondente a 5ª e 6ª séries e o Eixo Temático V, que corresponde a 7ª e 8ª séries dos Anos Finais do Ensino Fundamental. No ano da implementação da modalidade, a escola contava com trinta turmas, destas, três eram destinadas ao ensino de EJA, sendo duas turmas no turno vespertino e uma turma no turno noturno.

Entre os anos de 2009 e 2014, com exceção do ano de 2010, as turmas de EJA foram distribuídas nos turnos vespertino e noturno, buscando contemplar alunos de diferentes realidades – donas de casa, mães, trabalhadores, entre outros – e localidades residentes em povoados que necessitam de transporte escolar, porém a equipe gestora (que vinha enfrentando alguns problemas com as turmas vespertinas de EJA, pois devido à distribuição dos professores por turno alguns assumiam a modalidade EJA e o ensino regular, de modo que as diferenças entre essas duas modalidades e a invisibilidade no trato das especificidades da EJA geraram muitos casos de abandono, indisciplina e reprovação) resolveu que a partir do ano de 2015 a modalidade EJA seria ofertada apenas no turno noturno.

Em 2015, a escola pesquisada atendeu a vinte nove turmas, totalizando 939 alunos distribuídos entre os três turnos. Destes, cento e noventa alunos estavam matriculados no turno noturno, distribuídos entre as cinco turmas de EJA da escola. No último trimestre de 2015, as taxas de evasão e de abandono, juntas, ultrapassam 50%.

Cruzando informações entre as entrevistas e as situações observadas, repara-se que as especificidades das alunas da EJA na EMPRS são caracterizadas pelo público diverso, que compreende jovens, profissionais do sexo, trabalhadoras sazonais, trabalhadoras do campo, diaristas, esposas, viúvas, mães, avós, alunas da sede e de outros povoados, comportando uma

vasta heterogeneidade – de perfis, interesses, culturas, localidades, idades e histórias. Notadamente, permeados por experiências frustrantes e exclusões em relação à escola, como problemas de indisciplina, casamentos, maternidade, estigmatização, abandono, repetências, entre outros, marcando indubitavelmente suas trajetórias, escolhas e memórias.

Apesar de este público ter em suas trajetórias escolares marcas de reprovações, evasão, início tardio da escolarização, rupturas e fragmentos de histórias de malogro, compõem um quantitativo que, de alguma maneira e enfrentando muitas barreiras, já concluíram um percurso e caminham em busca de uma nova etapa. Estas alunas já conhecem a escola, estão retomando percursos, independentemente de serem egressas de programas aligeirados de alfabetização ou do ensino regular, todas compõem um perfil de histórico escolar já iniciado, impulsionadas, quaisquer que sejam as razões, a vencer mais uma etapa.

Importante mencionar que a caracterização dessas especificidades não pretende em qualquer momento estigmatizar o público de mulheres da EJA desta escola, ao contrário, parte como objetivo deste trabalho a fim de analisar as trajetórias em busca da escolarização.

O contexto de dificuldades para permanecer na escola é um elemento comum na modalidade de EJA, seja devido à falta de flexibilidade em relação aos horários, ao cansaço do trabalho, às dificuldades resultantes dos anos fora da escola, ou tantos outros motivos.

A curta permanência na escola de um expressivo número de alunas constitui um dos principais problemas educacionais brasileiros. Esta curta permanência é traduzida em dados de abandono e evasão. Inúmeras pesquisas evidenciam a temática da evasão escolar, expressando a preocupação e o esforço em reduzir suas altas taxas. Para tal, não podemos desprezar aquelas que permanecem, pois embora estejam nas taxas menos expressivas, agregam os números da provável eficácia do sistema educativo.

Identificar o que as motiva a continuar, quais fatores contribuem e quais dificultam o prosseguir na educação formal possibilita ampliar a discussão, ainda recente, sobre a permanência e propor estratégias de superação da evasão, colaborando com a proposição de políticas mais próximas da realidade socioeducacional das alunas.

Determinadas situações específicas da vida cotidiana de cada aluna influenciam nas escolhas sobre sua permanência ou não na escola, porém é sabido que tanto o meio, como as condições sociais, econômicas e culturais, em que esta aluna está submetida contribui, em sua existência e nas relações que se desenvolvem, para o estabelecimento da sua realidade e de suas escolhas. Assim suas escolhas são determinadas pelas trajetórias de suas vidas, que também são afetadas pelo contexto socioeconômico e cultural em que vivem.

Não é possível atribuir à permanência a um único fator, escolher permanecer na escola ultrapassa as barreiras das situações particulares da vida de cada aluna, extrapola os limites sociais e econômicos, decidir permanecer ou evadir se dá na conjuntura da vida particular e em sociedade.

Dentre as respostas obtidas, destacou-se a família como importante elemento de incentivo para o retorno ou para a permanência na escola. Alguns entrevistados fizeram referências ao incentivo dos familiares para que frequentassem a escola.

Os professores que são muito gente boa, incentiva a gente, os colegas também. E meu marido que me ajuda muito. Meus filhos estudavam aqui à noite também, eu vim pra dar uma força, pra acompanhar, pra ver se eles persistia, eram os dois rapazes, um já subiu a ladeira e eu vou acompanhar ele lá, o outro é servente teve que desistir por causa do cansaço. (Rosa, 37 anos)

Constata-se que a família tem influência significativa para que as mulheres retornem à escola e que este incentivo também ocorre indiretamente. A necessidade de escolarizar-se e de ser exemplo para a família está presente nos discursos das alunas, como na seguinte declaração: “Aprender, né? Fazer um futuro melhor pra mim e pros meus filhos, já vou ser mãe de novo. Eu quero educar meus filhos pra seguir a mesma coisa que eu.” (Margarida, 26 anos). Em muitos depoimentos dados durante as entrevistas semiestruturadas, servir de exemplo e incentivo para demais familiares, principalmente os filhos, assim como acompanhar as atividades escolares dos filhos são motivos que influenciam as alunas a escolarizar-se, a escola neste sentido, é vista além do espaço de construção do conhecimento, como espaço de poder, de inclusão e de superação.

A família, citada anteriormente, pelo incentivo ao retorno e a permanência na escola torna-se um obstáculo à escolarização quando as mulheres são impedidas pelos seus maridos ou companheiros de frequentar a escola, ou quando os cuidados com filhos ou netos inviabilizam sua decisão de concluir os estudos.

Embora muitas mulheres entrevistadas não tenham mencionado os conflitos familiares existentes devido à decisão de retomar os estudos, durante a observação participante ficou nítido os entraves diretos e indiretos postos por familiares, especialmente maridos e companheiros que dificultam o retorno à sala de aula. Justificativas indiretas como: a distância entre a casa e a escola, o preparo do jantar, obrigações exclusivas da mulher com filhos ou netos; e diretas, como o ciúme, a proibição de amizades, o fortalecimento da baixa autoestima ao dizer que não consegue, não tem capacidade, não tem mais idade para estudar configuram-se como grandes entraves no desafio cotidiano de estudar.

Importante ressaltar que no processo de entrevistas e de observações os casos familiares que dificultavam, ou mesmo impediam a permanência na escola partiram exclusivamente do homem, sendo marido ou companheiro.

Dentre os registros das observações participantes são perceptíveis manobras das mulheres para permanecerem estudando. Casos em que a mãe retorna à escola para acompanhar a filha casada ou vice-versa; em que um irmão é transferido de um dos turnos diurnos para que a irmã tenha permissão para estudar na EJA; ou mesmo grupos de mulheres, geralmente vizinhas ou parentes, se unem para permanecerem na mesma sala de aula, no mesmo horário e podendo realizar as atividades juntas, são comuns na realidade da EJA da EMPRS, como no relato: “Às vezes os maridos são nojentos e reclamam se a gente chegar tarde.” (Acácia, 37 anos). Muitos desses casos chegam ao conhecimento dos professores e da equipe gestora através das próprias alunas que pedem ajuda, como é o caso da aluna Dália, 21 anos, que pediu aos professores para que conversassem com o seu atual esposo.

A menina pequena eu trazia ela com oito meses e ela ficava na sala, no carrinho. Meu marido não gostava que eu estudasse, aí o professor Alan conversou com ele e ele melhorou (...) Meu segundo marido me deu apoio pra eu continuar. Mas isso foi depois de muita confusão, pois ele não aceitava, eu trazia as crianças junto pra escola. Foi luta, viu. Era briga feia, confusão na porta e dentro da escola. Ele trazia os meninos chorando pra eu cuidar e ficava gritando. Os professores ajudaram muito, davam conselho pra eu e meu marido. (Dália, 21 anos)

A família que colabora e incentiva, também impõe barreiras e dificuldades, do mesmo modo que a organização didático-pedagógica que para uns auxilia na organização do tempo, do processo de ensino-aprendizagem, para outros é vista como excludente e reguladora. A escola precisa conhecer seu público e suas necessidades, integrar o aluno nas discussões e decisões sobre seu acesso e permanência na escola e integrá-lo a comunidade escolar como sujeito ativo e de direito. Essa não é a receita para o sucesso escolar, tampouco sem considerá-la muito pouco se avança.

CONCLUSÕES

Diante dos dados postos neste trabalho, vê-se que o retorno à escola está associado à procura de melhoria nas condições de vida. Inúmeras são as motivações das alunas para chegar, permanecer e continuar ou não seu processo de escolarização, mais especificamente na EJA, desde a busca pela conclusão da educação básica até a ânsia em seguir no ensino superior e, nesse processo há contribuição significativa da conjugação de diversos elementos

sejam eles internos e externos a vida da aluna e a escola, tais como a família, a condição social, a situação de vida, à certificação, o trabalho, assim como as condições oferecidas pela escola.

A não permanência dos alunos na EJA está ligada a um conjunto de fatores de naturezas e ordens diferentes: o cansaço proveniente do trabalho, o marido que proíbe a mulher de ir à escola, o nomadismo em busca de trabalho, o cuidado com os filhos. Permanecer na escola exige muito mais que força de vontade, uma vez que, a conciliação escola e trabalho se revela, principalmente, no cansaço das trabalhadoras da irrigação e das empregadas domésticas, na dificuldade da assiduidade das mulheres que trabalham em bares e dos trabalhadores autônomos. “As carências escolares se entrelaçam com tantas carências sociais.” (ARROYO, 2005, p. 24). Assim, o direito à educação mais uma vez é negado a estes sujeitos.

As diretrizes e bases da educação nacional dispõem em seus documentos princípios que contemplam a educação de jovens e adultos, considerando as suas condições para garantir o acesso e a permanência na escola através da flexibilização de horário, de adaptações às necessidades da aluna a fim de garantir desempenho educacional. “O poder público viabilizará e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares”. (Inciso II do Art. 37 LDB 9394/96).

É fundamental que se ofereça condições, atendendo às necessidades específicas dessas alunas, desde a possibilidade de trazer crianças para a escola, a partir de uma sala de apoio com supervisão de profissional para cuidar dos filhos e netos, a retomada da oferta da EJA no turno vespertino, a flexibilização de horários, a visibilidade da modalidade enquanto integrante da escola e fundamental no processo de escolarização daquelas que não tiveram acesso na idade regular a fim de que seja garantido não somente o acesso, mas também a permanência dessas alunas na escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 19-50.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). **Parecer CEB11/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, publicado no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção



1, p.18 ,2000. Brasília: CNE/CEB 1/2000. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf> Acesso em 10 out. 2014.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

